



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ N° 01.613.194-0001/63
anapu.pa.gov.br / prefeitura.municipal.anapu@gmail.com

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO N° 133/2024

**CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ANAPU/PA E A PESSOA NATURAL ABAIXO QUA-
LIFICADA, CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE ANAPU/PA**, Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato legalmente representada pelo seu Gestor Sr. **AELTON FONSECA SILVA**, pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, com arrimo nas disposições do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições da Lei Municipal n° 12/1997, doravante denominada como **CONTRATANTE**, e a pessoa natural adiante caracterizada como **CONTRATADO (A)**, resolvem celebrar o presente contrato por tempo determinado, fundado nas cláusulas e condições a seguir estipuladas que mutuamente aceitam e outorgam na moralidade e eficiência, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:

Pessoa Jurídica - **MUNICÍPIO DE ANAPU/PA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 98, Centro, CEP: 68.365-000, Anapu/PA, inscrito no CNPJ sob o n° 01.613.194/0001-63, neste ato representado por seu Gestor Sr. Aelton Fonseca Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Anapu, inscrito no CPF: 640.951.692-49 e portador da cédula de identidade RG: 3713985 SEGUP/PA.

Pessoa natural – **MARIA SANTOS DA CONCEIÇÃO DE JESUS** brasileiro, portador do **RG: 4416225 PC/PA** e do **CPF: 812.517.502-49**, residente e domiciliado (a), neste Município de Anapu, que desde já concorda com a contratação mediante as cláusulas que compõem este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO:

Constitui objeto do presente contrato a admissão do **CONTRATADO** em caráter temporário, no qual prestará o serviço de **SERVENTE**, nas Unidades da Secretaria Municipal de **ASSISTENCIA SOCIAL**, ou em outros locais onde lhe for determinado pela administração, imprescindível à execução de atividades essenciais de interesse excepcional e emergencial do Município para atendimento da demanda ordinária do respectivo serviço.

A saber, atendendo necessidade temporária e a título precário, considerando a essencialidade do serviço supra-mencionado e a inexistência de profissional qualificado concursado nos quadros do Município de Anapu/PA, surge a situação de excepcional interesse público, justificando – se a contratação temporária tão somente até a realização de concurso público, que tão logo deverá ser organizado e realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Observando os princípios Constitucionais de isonomia, legalidade, impessoalidade e publicidade, a presente contratação fundamenta-se nas disposições do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições e a lei Municipal n° 012/1997 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Anapu).

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA:

O **CONTRATADO** desempenhará suas funções sob orientação técnica e administrativa da Prefeitura Municipal de Anapu, através da **Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL** executando ordens e cumprindo jornada de trabalho conforme horário de expediente preestabelecido pela **CONTRATANTE**, obedecidos os limites previstos no art. 7º, incisos XIII e XIV, da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPRESTAÇÃO:

Pela execução dos serviços previstos na Cláusula Segunda, o **CONTRATANTE** pagará ao (a) profissional **CONTRATADO (A)**, o decorrente dos serviços prestados, o valor mensal de **R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais)**, totalizando o valor global do contrato em **R\$ 16.849,86 (dezesesseis mil oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos)**.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME JURÍDICO:

O presente Contrato temporário é regido pelo regime estatutário, sendo de natureza administrativa, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo, que for compatível com a transitoriedade da contratação, os

Maria Santos da Conceição de Jesus



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU

CNPJ N° 01.613.194-0001/63
anapu.pa.gov.br / prefeitura.municipal.anapu@gmail.com

direitos e deveres referidos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Anapu, regulado pela Lei Municipal nº 12/1997.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente contrato vigorará a partir do dia **03 de janeiro de 2024**, data da sua afixação no quadro de avisos da **CONTRATANTE**, sendo tal publicidade sempre coincidente com a data da lavratura do instrumento, devendo perdurar pelo prazo de **11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias**, como termo inicial em **03/01/2024** e término em **31/12/2024**, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade, ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 12/1997.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

O presente Contrato Administrativo rescindir-se-á no prazo nele especificado, podendo também ser rescindido a qualquer tempo de forma unilateral conforme o interesse e a necessidade da administração pública ou de acordo com a vontade das partes, desde que comunicado com antecedência mínima de 03 (três) dias.

CLÁUSULA NONA – EXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO:

Com o término do contrato totalmente executado, pelo cumprimento do prazo estipulado na cláusula sétima, ficam as partes isentas do pagamento de qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa com a execução dos serviços constantes do presente CONTRATO correrá, no presente exercício financeiro, a conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DISCIPLINAR:

O **CONTRATADO** se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do **CONTRATANTE**, respondendo civil, penal, e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

As partes elegem o Foro Civil da Comarca de Anapu, Estado do Pará, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato de prestação de serviço temporário, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem concordes em tudo quanto citado acima foi clausurado, as partes assinam o presente instrumento em duas vias para que produza os regulares efeitos de direito.

MUNICÍPIO DE ANAPU/PA, 03 DE JANEIRO DE 2024.

AELTON FONSECA
SILVA:6409516924
9

Assinado de forma digital
por AELTON FONSECA
SILVA:64095169249
Dados: 2024.01.09
11:23:03 -03'00'

AELTON FONSECA SILVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Maria Santos da Conceição de Jesus
MARIA SANTOS DA CONCEIÇÃO DE JESUS
CPF 812.517.502-49
CONTRATADO